

FLORESTAS *Para relator, projeto não permite 80% de corte* Deputado diz que ambientalistas distorcem proposta sobre código

CLAUDIO ANGELO
DA REPORTAGEM LOCAL

O deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR), relator da comissão parlamentar encarregada de propor a criação do novo Código Florestal Brasileiro, disse ontem que as ONGs ambientalistas mentem, "orquestradas por interesses internacionais", ao afirmar que seu anteprojeto permitiria reduzir para 20% a reserva legal (ou seja, a área que não pode ser desmatada) em propriedades rurais da região amazônica.

Micheletto apresentou na semana passada uma nova proposta para transformar o código — que hoje é regulado por medida provisória — em uma lei que estabeleça o uso das florestas no país.

A proposta deve ser votada no plenário do Congresso na primei-

ra quinzena de junho e já recebeu muitas críticas de ambientalistas. Uma análise feita pela assessoria jurídica do ISA (Instituto Socioambiental) afirma que, em alguns casos, a reserva legal de mata — que a MP havia fixado em 80% — poderia ser reduzida a até 20% em seis Estados.

Segundo o deputado, a interpretação do ISA está errada. "O limite (de reserva) poderá ser reduzido para 50% quando se tratar de pequenas propriedades — com até 150 hectares — na Amazônia. Como as ONGs mentem, mas mentem descaradamente, estão dizendo que eu estou tentando colocar 80% na Amazônia."

A redução para 50%, nos moldes do antigo Código Florestal Brasileiro (da década de 60), tem sido uma reivindicação da bancada ruralista do Congresso desde

1996. Naquele ano, alarmado com o desmatamento recorde na Amazônia, o governo baixou a MP que ampliava a reserva legal.

A nova proposta joga para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) a responsabilidade sobre a definição de quais áreas podem ou não ser desmatadas. Depois de três anos, os Estados que não o fizerem poderão fixar limites diversos para o corte de mata — nunca superiores a 50%, segundo o relator. "Eu não sou louco para propor absurdos na lei", afirmou.

Para André Lima, assessor jurídico do ISA, Micheletto está tentando inverter a questão. Segundo ele, o anteprojeto de lei, como está escrito, deixa dúvidas quanto ao limite para o corte, se de 80% ou de 20%. "Se é essa a sua interpretação, ele que a deixe mais clara no texto", disse Lima à Folha.